

A Origem e Desenvolvimento do Governo Civil

Gary DeMar

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

O estudo da origem e desenvolvimento do governo civil deve começar com o estudo de Deus e sua posição como o Governador de toda a criação. Na visão bíblica, o mundo é totalmente a criação do Deus eterno. A criação deve sua existência a ele: “Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!” (Romanos 11:36). A criação é também sustentada e governada por ele. Certos fatos seguem desses primeiros princípios que são básicos para uma visão cristã de governo civil. Os detalhes da forma como a família funciona, a administração da ordem criada, o levantar e cair das nações, dos poderes que existem, e da relação do homem com todos os poderes civis só podem ser entendidos em termos de Deus como o Governador Supremo de todas as coisas.

O Senhor Deus é o Governador universal de todos os indivíduos e nações por causa de sua posição como Criador de todas as coisas: “O Altíssimo, tem domínio sobre o reino dos homens e a quem quer constitui sobre ele” (Daniel 5:21; Isaías 9:6-7; 1 Coríntios 15:25). Embora a posição soberana de Deus não seja geralmente reconhecida em nossos dias, essa verdade fundamental deu entendimento aos princípios da nossa nação (USA). João Calvino, o grande Reformador do século 16, tinha o seguinte para dizer sobre a soberania benevolente do governo de Deus: “Ora, ao dirigir a sociedade humana, de tal modo regula sua providência que, embora seja, de inúmeras maneiras, benigno e benévolo para com todos, declara ainda, mediante provas manifestas e diárias, que sua clemência para com os piedosos e sua severidade para com os iníquos não são dúbias, de modo que não se demonstra obscuramente ser protetor, e até mesmo vingador da inocência, enquanto, em virtude de sua bênção, faz próspera a vida dos bons, os socorre em suas necessidades, os alivia e os mitiga em suas dores, os atenua em suas adversidades e em tudo os encaminha à salvação” (*Institutas da Religião Cristã*, Livro I, Cap. V).

Deus não é apenas o Criador de todas as coisas, mas é também o sustentador de delas. “Ele [Jesus] é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste” (Colossenses 1:17). “Que Deus sustenta todo o mundo de coisas criadas é a doutrina teológica da preservação. Que ele governa é a doutrina da providência. A Bíblia rejeita especificamente a noção que na criação, Deus

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em setembro/2007.

colocou a criação sob o controle total de leis e causas secundárias que funcionam continuamente sem ele [deísmo]. Antes, embora Deus tenha cessado as suas obras de criação (Gn. 2:3, cf. Hb. 4:10), seu poder continua em ação ininterruptamente, para mantê-la em existência e funcionamento (Ne. 9:6; Sl. 36:6; 104; At. 17:28; Cl. 1:17; Hb. 1:1-2)” (Robert Duncan Culver, *Toward a Biblical View of Civil Government*, pp. 42-43).



[Deus] não se demonstra obscuramente ser protetor, e até mesmo vingador da inocência, enquanto, em virtude de sua bênção, faz próspera a vida dos bons, os socorre em suas necessidades, os alivia e os mitiga em suas dores, os atenua em suas adversidades e em tudo os encaminha à salvação.

– João Calvino

Além do mais, não existe nenhum governo independente, seja ele individual, família, escola, igreja ou nacional. Todo indivíduo, instituição, ou nação é responsável para com outros indivíduos, instituições e nações. Todos são em última instância responsáveis diante de Deus. Deus governa as esposas por meio dos maridos no governo marital: “As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor” (Ef. 5:22ss); os filhos por meios dos pais no governo familiar: “Filhos, obedeci a vossos pais no Senhor, pois isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe (que é o primeiro mandamento com promessa), para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a terra” (Ef. 6:1-3).

Estudantes devem obedecer a seus professores no governo educacional, pois os professores permanecem no lugar dos pais (*in loco parentis*): “Agora, pois, filho, dá-me ouvidos e não te desvies das palavras da minha boca” (Provérbios 5:7). Os membros da igreja devem obedecer aos seus pastores, presbíteros e diáconos no governo eclesiástico (Igreja): “Obedeci aos vossos guias e sede submissos para com eles; pois velam por vossa alma, como quem deve prestar contas, para que façam isto com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros” (Hebreus 13:17). Os cidadãos devem obedecer aos seus governantes no governo civil: “Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor, quer seja ao rei, como soberano, quer às autoridades, como enviadas por ele, tanto para castigo dos malfeitores como para louvor dos que praticam o bem. Porque assim é a vontade de Deus, que, pela prática do bem, façais emudecer a ignorância dos insensatos; como livres que sois, não usando, todavia, a liberdade por pretexto da malícia,

mas vivendo como servos de Deus. Tratai todos com honra, amai os irmãos, temei a Deus, honrai o rei” (1 Pedro 2:13-17).

Não importa qual seja a esfera de governo – quer na criação ou cultura, por meios dos maridos, pais, professores, oficiais da Igreja, ou autoridades civis – é Deus quem governa no final: “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas” (Romanos 13:1). [Sou devedor a Francis Nigel Lee por muito do material acima].

Porque homens e mulheres foram criados à imagem de Deus, eles são, por natureza, criaturas governantes. Eles refletem os atributos governantes do seu Criador. Mesmo após a queda, a responsabilidade do homem de governar continuou, embora afetada pelo pecado. Por causa da entrada do pecado na ordem criada, o colapso de todos os tipos de governo se espalhou rapidamente. O governo familiar foi rompido quando o marido culpou sua mulher pelo seu próprio pecado: “A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore, e eu comi” (Gênesis 3:12). Irmão se levantou contra irmão, sendo assassinato o resultado: “Sucedeu que se levantou Caim contra Abel, seu irmão, e o matou” (Gênesis 4:8). Isso ficou mais evidente com a anarquia que prevalecia antes do julgamento de Deus com água: “Como resultado, a impiedade se tornou universal e o mal se impregnou desesperadamente em ‘toda a imaginação dos pensamentos [Gênesis 6:5]’ ”(*Concordia Self-Study Commentary*, p. 22).

Quando o colapso da sociedade ocorreu, o poder político foi visto como a “salvação” do homem. Cria-se que ao mudar os limites do homem através dos meios políticos, um mundo melhor seria criado. Os resultados de tal suposição levaram à tirania e opressão. Roubo, assassinato e escravidão foram freqüentemente usados para conduzir a esse “mundo melhor”. A confiscação de propriedade não estava além das táticas daqueles em posições de poder, que queriam ainda mais prestígio e autoridade (1 Reis 21). Quando a coerção não funcionava, o assassinato era sempre uma opção (v. 13). O assassinato foi usado por alguns para avanço político. Posições de poder poderiam ser alcançadas eliminando-se a oposição (2 Samuel 3:26-30). Mesmo os cidadãos estavam dispostos a abrir mãos de seus deveres diante de Deus, em favor das promessas de “salvação” através da agência do Estado (1 Samuel 8). Embora o governo civil em todos os níveis da sociedade seja necessário (cidade, país, estado e nação), o mesmo não deve usurpar outras autoridades de governo legítimas, que foram ordenadas por Deus.

Visto que Deus é o Criador e Sustentador de todas as coisas, segue-se que todos os outros governos são subservientes ao seu sistema de governo. A criação não tem prioridade sobre o Criador. A criatura não pode governar o mundo de acordo com um sistema arbitrário de governo. Nem pode o homem elevar um sistema de governo acima do fato que Deus é o supremo

governador, pois “o governo está sobre os seus ombros” (Isaías 9:6). Não existe nenhum governo legítimo, a menos que tome seu significado do Deus que tem o próprio significado de governo em seu caráter. Quando homens e nações procuram divinizar um governo acima de todos os outros, podemos esperar um colapso total de todos os outros governos legítimos que encontram seu significado no único Governador verdadeiro do Universo.

O desenvolvimento do governo se deu à medida que o pecado cresceu. Visto que o homem não mais se governaria, e sua falta de auto-governo colocava em perigo a propriedade e vida de outros, Deus instituiu requerimentos governamentais específicos. Deus requer que os governos humanos punam crimes que ameacem a vida, liberdade e propriedade: “Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo a sua imagem” (Gênesis 9:6; cf. Êxodo 20-24). Alianças de defesa eram feitas por vários líderes de família por causa do mal-entendido potencial que poderia surgir devido à pecaminosidade do homem (veja Gênesis 14; 13; 31:51-52; 34:8-10). Além disso, à medida que as famílias se desenvolviam em entidades nacionais diferentes, a cooperação internacional entre vários líderes nacionais para o propósito de conduzir guerras ou promover alianças pacíficas freqüentemente se desenvolveu (veja Gênesis 14:1-2; 2 Crônicas 17-20).

Sumário

“A história de Caim e Abel mostra como logo cedo apareceu a necessidade séria de restrição coerciva sobre impulsos violentos por alguma ação política (Gn. 4:1-16). Depois segue-se o incidente de Lameque e sua vanglória de brandir a espada diante de sua família, num lar poligâmico (Gn. 4:19-24). Seu cântico arrogante manifesta a maldade da violenta impiedade armada por toda a longa história do homem. A perversidade é sugerida naquelas linhas de copla: ‘Ada e Zilá, ouvi-me; vós, mulheres de Lameque, escutai o que passo a dizer-vos: Matei um homem porque ele me feriu; e um rapaz porque me pisou. Sete vezes se tomará vingança de Caim, de Lameque, porém, setenta vezes sete’ (Gn. 4:23-24). Na realidade, a narrativa de Gênesis relata que foi precisamente essa tendência à violência, sem restrição por qualquer controle social organizado formal, que em parte trouxe o julgamento do dilúvio, pois, ‘disse Deus a Noé: Resolvi dar cabo de toda carne, porque a terra está cheia da violência dos homens; eis que os farei perecer juntamente com a terra’ (Gn. 6:13)... Se a violência do pecado ao homem não podia ser controlada por controle voluntário [auto-governo], então Deus em sua graça controlaria a mesma por meios coercivos” (Robert Duncan Culver, *Toward a Biblical View of Civil Government*, p. 71s.).

Fonte: *God and Government – volume 1*,
Gary DeMar, p. 49-52 e 58.